

O novo índice para correção busca a maior justiça social

"Buscando conferir maior justiça social, o governo, além de determinar a redução para apenas um mês da defasagem na fixação da taxa de reajuste semestral dos salários, também decidiu estabelecer o uso de um índice mais amplo para a correção dos salários." Este é um dos motivos utilizados pelos ministros da Fazenda e do Planejamento para o envio ao presidente José Sarney de um anteprojeto solicitando a criação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Na exposição de motivos, os ministros afirmam que o IPCA compreende "um extenso universo de orçamentos familiares, abrangendo todas as categorias sócio-econômicas, com representatividade a nível nacional, segundo macrorregiões metropolitanas". Para a elaboração desse índice serão pesquisados, segundo o anteprojeto, cerca de 2 mil produtos por área metropolitana, em 13 mil estabelecimentos comerciais.

A versão mais ampliada do INPC passará a ser utilizada para o cálculo dos reajustes dos salários a partir do próximo mês de janeiro. "Também as correções monetária e cambial passarão a ser imediatamente efetuadas com ba-

se no IPCA, em vez do IGP", diz o anteprojeto. Assim, tanto o valor da ORTN em 1º de dezembro de 1985 quanto a variação cambial entre 15 de novembro e 15 de dezembro deste ano serão determinados já com base na variação do IPCA de novembro.

De acordo com a exposição de motivos do anteprojeto, a vantagem principal do IPCA é que ele será formado a partir de uma ampla pesquisa de orçamentos familiares. A coleta de preços será realizada com base em amostras de locais e de produtos, obtidas por métodos estatisticamente rigorosos e implantada por uma equipe de profissionais "altamente experientes".

Com o novo sistema, os ministros acreditam que se conseguirá "um espelho mais fiel da realidade inflacionária brasileira", o que, no entender dos ministros corrigiria "as iniquidades sociais decorrentes da multiplicidade de índices".

Finalizando a exposição de motivos, os ministros Sayad e Funaro garantem que "salários e preços correrão doravante emparelhados. Cessam, portanto, os desajustes que, no passado, causaram tantos traumas nos orçamentos das famílias brasileiras".